

O método lachmanniano

A filologia antes de Lachmann

Até ao século XIX, os critérios normalmente utilizados para editar um texto antigo são os seguintes:

1. reprodução da 'vulgata': busca-se o apoio dos códices apenas no caso em que a 'vulgata' não parece satisfatória. Desta maneira, o editor acaba por deixar o texto deturpado, com abundância de corruptelas, ou então de 'lectiones faciliores', ou seja, banalizações ou trivializações, que não estragam o sentido geral do contexto, e que, portanto, não causam suspeitas nem suscitam desconfiança.

2. critério do 'codex optimus': escolhe-se um códice apenas, sem levar em conta o resto da tradição manuscrita. Este códice único, teoricamente, há de fornecer garantias quanto à sua autenticidade e à qualidade do texto por ele transmitido. Mas o resultado prático é, na maioria dos casos, a escolha do códice mais completo, mais correto, mais limpo; noutros termos, um códice bem escrito, sem erros, lacunas ou incongruências evidentes. O que, para nós, filólogos modernos, representa em princípio um testemunho suspeito, ou duvidoso, precisamente porque encobre a provável intervenção de um copista douto ('scriba doctus') que, por sua índole, tende a interpolar,³⁰ completar e aperfeiçoar o texto à vontade. Só alguns filólogos humanistas (p. ex. Lorenzo Valla e Angelo Poliziano) consideravam como melhor manuscrito um 'codex vetustissimus' ou 'pervetustus', que pela sua antiguidade se aproximava maiormente do original perdido. Mas é uma exceção no panorama da crítica textual do período humanista.

3. critério dos 'codices plurimi': no caso em que se encontrem vários manuscritos que oferecem o texto de maneira substancialmente concorde, então privilegia-se o texto daquele grupo de códices, que constituem a maioria da tradição. A pluralidade deste acordo é entendida como garantia de autenticidade.

³⁰ O termo interpolação alude a qualquer acréscimo, ou inserção, abusivamente introduzidos pelo copista no texto original, seja por engano (no caso, p. ex., das glosas marginais), seja no intento de enriquecer e melhorar a obra.

A situação fica mais ou menos inalterada, assim como a acabamos de analisar em suas linhas mais sumárias, até meados do séc. XVIII. Nesta altura, graças aos estudos sobre o texto bíblico, abre-se uma nova era e nasce a filologia moderna. Desde logo, podemos afirmar que a filologia moderna e, mais precisamente, a filologia profana, deve reconhecer a sua dívida com respeito à filologia sacra (Pasquali 1934). Para o progresso da técnica utilizada na edição dos textos, foi de fato essencial o estudo do Novo Testamento, isto é, a chamada filologia neotestamentária.

A ‘editio princeps’ do Novo Testamento grego, organizada por Erasmo de Rotterdam, era de valor escasso porque feita depressa e com base em manuscritos bizantinos recentes. Apesar disso, como habitualmente acontecia, o texto de Erasmo tornou-se a ‘editio vulgata’, que foi imediatamente adotada pelas igrejas protestantes como ‘textus receptus’.³¹ A partir desta data, admitiu-se a possibilidade de recolher variantes, mas elas só podiam figurar no aparato crítico de rodapé: qualquer tentativa de introduzir alterações ou emendas no texto, mesmo com apoio em códices antigos, encontrou a oposição duríssima dos teólogos.

Nos países protestantes, esta oposição e a intolerância para qualquer inovação foi até mais forte e intransigente: «Para a igreja reformada, ao contrário do que acontece no catolicismo, o livro sacro é a única fonte da verdade e, além disso, é a única leitura comum a todo o povo» (Pasquali 1934).³²

Na tradição grega do Novo Testamento não havia lugar nenhum para a crítica conjectural (‘ope ingenii sive conjecturae’): o problema básico era tanto a escolha entre as inumeráveis variantes, como a avaliação dos manuscritos mais dignos de confiança. E cada questão crítico-textual, neste caso, não era apenas uma discussão entre eruditos, mas implicava muitas vezes, além da pura e simples filologia, problemas teológicos do maior interesse.

Os filólogos clássicos logo perceberam o atraso da sua disciplina com respeito à filologia sacra; Johann Jacob Reiske, editor de *Oratorum Graecorum Opera Omnia* (Lipsiae, 1770), escreve: «Non minori religione tractari a nobis debent auctores

³¹ Trata-se das edições de Leiden, de 1624 e 1633 respectivamente.

³² A presença de um exemplar da Bíblia na cabeceira dos quartos dos hotéis que são habitualmente freqüentados por uma clientela internacional (de alemães, de ingleses, de norte-americanos), corresponde ao hábito, que os protestantes têm, de ler cotidianamente o livro sagrado, no qual se inspiram para a vida de todos os dias, e do qual não existe uma exegese oficial. A relação entre a divindade e o homem, na religião protestante, não precisa da intervenção e a mediação da igreja ou do sacerdote; é uma relação direta, não mediata; portanto, o texto do livro sagrado, o Verbo de Deus, é a única certeza, o apoio, o guia da existência toda.

profani, atque Novum Testamentum. Qua de causa (...) vetustorum auctorum codices inspici, eorumque lectionum erui, et proferri par est. Nam sola haec est via veritatem historicam texti cuiusque, sive sacrorum, sive profanum est, e consensu multorum vetustorum probatae fidei codicum demonstrandi» (p.lxxvi) [‘Com igual escrúpulo, devem ser tratados por nós tanto os autores profanos como o Novo Testamento. Por isso (...) convém ler com a maior atenção os manuscritos de autores antigos, e investigar as suas lições, e dá-las a conhecer. De fato, esta é a única maneira de demonstrarmos a verdade histórica dum texto qualquer, seja sagrado, seja profano, graças ao acordo de muitos códices antigos fidedignos’].

Não admira, então, que a filologia moderna, cuja função básica coincide com a reconstituição do original perdido, tenha a sua origem na Alemanha e o seu maior teórico no filólogo alemão Karl Lachmann (1793-1851).

Claro que Lachmann foi precedido por vários outros filólogos e eruditos de área protestante que, em medida variável, já tinham apontado os problemas maiores que Lachmann encarou.³³ Mas ele foi o primeiro que propôs um método de edição crítica, com o intento declarado de eliminar a subjetividade do editor na reconstituição do texto original.

Noutros termos, o objetivo de Lachmann era o de elaborar um método de edição científico, não aleatório, que desse como resultado – através de vários processos e fases escrupulosamente efetuadas – a reconstituição objetiva, quase mecânica, do original perdido.

No campo da filologia clássica, Lachmann começou a sua atividade com a edição de Propércio (‘editio maior’, Lipsiae, 1816); em 1829 publicou as edições de Catulo, de Tibulo, mais uma ‘editio minor’ do mesmo Propércio. Contemporaneamente, desenvolveu também uma intensa atividade crítico-textual no campo da poesia medieval alemã (é a época do Romantismo): no período de 1816 a 1826, Lachmann editou o *Nibelungenlied* (1826), o poema *Iwein* de Hartmann von Aue, e todos os poemas de Walther von der Vogelweide.

No período de 1830 a 1845, o filólogo alemão continuou a editar autores gregos e latinos (Genésio, Terenciano Mauro, Gaio, Bábrio), mas também aprontou uma edição crítica do Novo Testamento (1831 e 1842), baseada, por um lado, nos códices gregos mais antigos e, por outro lado, na ‘vulgata’ de São Jerônimo. Ele também foi

³³ Johann Jacob Wetstein e Johann Albrecht Bengel são os dois principais críticos neotestamentários do séc. XVIII, que anteciparam algumas das reflexões de Lachmann. P. ex., a necessidade de ressaltar o acordo das lições (sem, porém, distinguir entre lições errôneas e lições corretas); ou também a idéia de que uma ‘tabula genealogica’ poderia resumir toda a história da tradição manuscrita neotestamentária. Bengel chegou até a prever lucidamente que uma classificação genealógica deste tipo seria capaz de facilitar um critério certo na escolha das variantes.

acusado pelos teólogos protestantes de atentado contra a certeza do verbo divino, mas, depois da sua edição, reduziu-se o prestígio do 'textus receptus' erasmiano. Os últimos trabalhos crítico-textuais de Lachmann foram os *Gromatici* (*Die Schriften der römischen Feldmesser*, 1848-52) e o poema de Lucrecio (Lucretii *De rerum natura libri VI*, C.Lachmannus rec. et emend., Berolini, 1850). Entre os autores gregos e latinos, Lucrecio é, talvez, o mais adaptado para a aplicação dos novos critérios de edição: o seu poema está copiado em poucos códices medievais, cujo parentesco se pode facilmente verificar, e numa grande quantidade de códices humanistas de valor muito escasso.

Ora bem, o prefácio à edição de Lucrecio por Lachmann contém o que mais se aproxima de uma exposição dos seus critérios metodológicos. Na realidade, Lachmann nunca escreveu, de maneira sistemática, os seus princípios de crítica textual, nunca deu deles uma exposição metodológica geral, em forma de manual ou de compêndio.

Quando habitualmente se fala de método de Lachmann, ou método lachmanniano, entende-se, portanto, um conjunto de critérios para editar textos antigos, que nem foi explicado sistematicamente pelo próprio Lachmann, nem por outros filólogos alemães da mesma época, que, aliás, contribuíram à sua formulação (v. Fiesoli 2000).

Os princípios fundamentais, impostos por Lachmann e pela geração de filólogos a que ele pertenceu, são os seguintes:

1. a recusa da 'vulgata' como texto-base, e a subsequente exigência de buscar o apoio dos códices não apenas de maneira ocasional, mas sim considerando-os como o fundamento indispensável de qualquer edição crítica;
2. a desconfiança ao encontro dos mss. de época humanista, porque se trata usualmente de exemplares alterados, e aprontados num desejo de elegância e perfeição formal, que contrasta com a busca da verdade;
3. a reconstrução da história do texto e, precisamente, das relações genealógicas que existem entre os manuscritos por nós possuídos;
4. a formulação de critérios objetivos, que permitam determinar qual é a lição do original – ou, pelo menos, do arquétipo – de maneira mecânica, quase automática (sem usar do 'iudicium', nem de critérios internos como o 'usus scribendi' e a 'lectio difficilior').

Os termos latinos 'iudicium', 'usus scribendi' e 'lectio difficilior' correspondem a outros tantos critérios de escolha entre variantes. O 'iudicium' refere-se ao próprio juízo do editor, que, com base nos seus conhecimentos, decide qual é a 'boa' lição conforme a sua apreciação (trata-se, com toda a evidência, do critério mais subjetivo). O 'usus scribendi' dá conta do hábito escriptório do

autor cujo texto se edita. P. ex., na escolha das variantes adiaforas da lírica camoniana pode ser considerado o 'usus scribendi' de Camões aquando da composição de *Os Lusíadas* (cuja publicação foi feita em vida do autor). Mas é preciso acrescentar que o critério do 'usus scribendi', embora aparentemente mais objetivo, exclui, em linha teórica, qualquer desvio do autor da sua própria norma (o que não pode ser excluído em termos absolutos). Finalmente, a 'lectio difficilior' representa a variante mais difícil em relação ao conjunto da tradição: baseia-se na observação de que as inovações introduzidas na tradição manuscrita vão sempre no mesmo sentido, do mais difícil para o mais fácil (banalização ou trivialização). Portanto, um códice que apresenta uma variante 'difficilior' (mais difícil comparativamente às demais) tem maiores probabilidades de conservar a lição do original, que os outros copistas banalizaram.

O método lachmanniano

A única explicação sistemática do chamado método lachmanniano deve-se a outro filólogo clássico alemão, Paul Maas (*Textkritik*, Oxford, 1949, 2ª. ed.). A sua exposição, algo concisa e bastante críptica, deu lugar a sucessivos aprofundamentos e modificações (cf. agora Montanari 2003). Os princípios do método lachmanniano podem, contudo, resumir-se nos pontos seguintes.

Nós não possuímos autógrafos dos clássicos gregos e latinos, nem sequer cópias que fossem colacionadas, cotejadas, confrontadas com o texto original.

Temos apenas cópias de cópias de cópias, ou seja, cópias que procedem do original através de um número indeterminado e, de qualquer maneira, desconhecido, de cópias intermédias. Por isso, o grau de autenticidade destes mss. é variável, e talvez muito incerto.

A tarefa da crítica textual é, precisamente, a reconstituição de um texto, que se aproxime o mais possível do original perdido ('constitutio textus').

O método lachmanniano abrange vários processos, sugere várias fases de trabalho, que se devem pôr em prática uma após outra, na ordem seguinte:

1. 'recensio' (lat.: 'resenha' e 'recenseamento') – levantamento e recolha da inteira tradição supérstite, quer dizer, de todo o material (papiros, códices, incunábulos, edições antigas) que transmitiu o texto, mesmo de forma fragmentária ou indireta, e que ainda está ao nosso dispor. Na terminologia de Maas, o vocábulo 'recensio' indica o conjunto das lições que caracterizam um ms. ou uma família de mss. ('resenha'). Nos filólogos posteriores, nomeadamente de área românica (cf. Avalle 1972: 22; Montanari 2003: 17-23),

‘recensio’ indica o conjunto das testemunhas duma obra (‘recenseamento’); esta última tornou-se a aceção mais corrente.

2. ‘examinatio’ – exame de cada testemunho da tradição, no intento de avaliar a sua autenticidade, e a eventualidade dele constituir um possível original. Dão-se, então, duas possibilidades :
 - 2a. ‘codex unicus’ – o texto sobrevive apenas num ms., que é o nosso único testemunho da obra. O editor limita-se, então, à descrição do ms. e à sua decifração (inclusive no sentido de explicar e interpretar o texto em todas as suas partes). No momento de editar a obra, o filólogo há de corrigir os erros evidentes, e pode emendar, por conjectura, no caso dum dano aliás insanável (‘crux’).

Como erro evidente, pode servir de exemplo a chamada haplografia ‘escrita simplificada’, quando o copista omite um fragmento de texto que vem logo antes, ou logo depois, de um fragmento igual (p. ex. *filogia* por *filologia*); o fenómeno inverso chama-se diplografia ‘escrita dupla’ (p. ex. *se se chama* por *se chama*).

- 2b. tradição múltipla – o texto é transmitido por vários códices, cujo número muda de uma tradição para a outra. Neste caso, a fase sucessiva do trabalho é a chamada:
 3. ‘collatio’ – exame comparativo de todos os testemunhos que formam a tradição, em busca de afinidades ou relações que consintam estabelecer o seu parentesco. No caso de termos uma tradição múltipla, o editor há de formular uma classificação dos manuscritos, isto é, uma hipótese de ‘stemma codicum’.

No caso de termos uma obra, ao mesmo tempo, muito extensa, e transmitida por muitos mss., é geralmente admitido que a ‘collatio’ não cobra a totalidade do texto, limitando-se a um cóngruo número de trechos, escolhidos seja de forma mecânica (aleatória), seja com base na sua notória dificuldade. Deste processo de comparação parcial interessam, portanto, apenas os ‘loci selecti’ ‘trechos escolhidos’, ou então, ‘loci critici’ ‘trechos críticos’. De qualquer forma, através da ‘collatio’, mesmo parcial, o editor visa à classificação dos mss. dentro do estema.

4. ‘stemma codicum’ ou estema = representação gráfica das relações existentes entre os vários testemunhos da tradição manuscrita. Trata-se das relações de parentesco, como numa verdadeira árvore genealógica, que representa a filiação de uma família. Como se chega a estabelecer esse gráfico?

A coluna vertebral do método lachmanniano é o conceito de erro. A presença de um número variável de erros é inerente ao fato mesmo de copiar um texto, e quanto mais o texto é comprido e difícil, tanto mais alta é a probabilidade de cometer erros.

Se agora tentamos imaginar a filiação dos mss., isto é, a transmissão do texto de um códice para outro, é como que uma cadeia, em que um objeto passa de mão em mão, e cada anel da cadeia está ligado simultaneamente ao que precede e ao que se segue.

Tratando-se de um objeto que vem copiado, então cada amanuense recebe um texto que já contém alguns erros, e por sua conta introduz na sua cópia mais algumas incorreções. Desta maneira o texto, à medida que se afasta do original, aumentando o número das cópias intermédias, retém um número de erros cada vez maior. Os mss. que se situam nos ramos inferiores desta árvore genealógica contêm necessariamente um número de erros mais elevado com respeito aos ramos altos do 'stemma codicum'. Isto significa que, na óptica do método lachmanniano, a progressão dos erros é de tipo geométrico, e não apenas aritmético.

Ainda fica por explicar como vai ser utilizada a presença dos erros, com vista ao estabelecimento do 'stemma codicum'.

Dois ou mais mss., que transmitem no mesmo lugar o mesmo erro, pertencem com certeza à mesma família. O acordo no que diz respeito a um erro comum, segundo Lachmann, é garantia da relação de parentesco entre dois ou mais mss., com a condição – porém – de que o erro seja significativo.

Erro significativo: deve ser, ao mesmo tempo, conjuntivo (em relação aos outros mss. da mesma família) e separativo (em relação aos outros ramos da tradição mss.); e, além disso, de tal natureza que se possa excluir qualquer hipótese de poligênese.

Monogênese vs. Poligênese: fala-se de erro monogenético quando tem uma só origem, enquanto o erro poligenético pode ser originado em vários lugares diferentes, isto é, pode ter várias origens.

Erro poligenético: o erro é chamado poligenético quando pode ser cometido independentemente por vários copistas, que não têm relação nenhuma entre si. Uma situação deste tipo pressupõe que existam fatores internos ao texto, que facilitam o erro, de tal maneira que vários copistas, independentemente um do outro, podem cair em engano, deixando-se apanhar no mesmo desvio.

P. ex., se no texto a mesma palavra, ou até o mesmo sintagma, vem repetido no espaço de poucas linhas, há um fator interno que facilita a omissão de tudo o que vem entre a primeira e a segunda ocorrência da mesma palavra. Fala-se então de lacuna, e mais particularmente de lacuna por homeoteleuto 'que se termina na mesma maneira, que acaba de maneira igual', dito dum verso, de uma desinência, ou também de uma frase ou segmento de frase que se repetem. Este tipo de lacuna, que se pode chamar, com expressão francesa, 'saut du même au même', é muito freqüente também nos jornais. Basta que dois períodos contíguos na coluna terminem pela

mesma palavra : o olho facilmente se engana, saltando de um para o outro. O mesmo fenômeno, aliás, explica a mais rara lacuna por homeoarquia ‘que começa na mesma maneira, que tem idêntico início’, típica das enumerações e dos textos anafóricos. Outro caso frequente de poligênese é o erro por antecipação; numa cantiga de Pero Garcia Buralês, p. ex., o ms. A 110 conserva a lição correta:

<E> quand’a terra veg’e o logar,
e vej’as casas u mia sen[n]or é,
vedes que faç’enton, per bõa fe:
pero mi as casas veg’e o logar,
non ous’ir y (...)

enquanto o copista do ms. B 219, por inadvertência, transcreve os dois primeiros versos desta forma: *Pero mhas casas vei e o logar, e vei as terras hu mha senhor é*. O erro por antecipação, neste caso, é até facilitado pela estrutura repetitiva das cantigas.

A existência de fatores internos ao texto, que provocam ou facilitam o erro, faz com que esse tipo de erro não seja significativo no que diz respeito às relações de parentesco entre os mss. Dois códices, que apresentam um erro deste tipo, não são necessariamente relacionados, isto é, não pertencem necessariamente à mesma família, porque temos motivo para suspeitar que os copistas tenham cometido o erro independentemente um do outro.

Só o erro que obedece aos requisitos necessários, quer dizer, o erro que seja ao mesmo tempo conjuntivo, separativo e não poligenético, pode ser considerado significativo na constituição do ‘stemma codicum’. Neste caso, chama-se de erro-guia, porque dirige e conduz ao reconhecimento do parentesco entre os mss.

Graças aos erros significativos, é possível classificarmos os códices no interior do estema, ou árvore genealógica, com base na sua atribuição não apenas a grupos, mas sim a verdadeiras famílias, onde cada exemplar deriva de um exemplar precedente que ainda possuímos.

5. ‘*eliminatio codicum descriptorum*’ – uma vez constituído o ‘stemma codicum’, a etapa sucessiva é a eliminação dos códices ‘*descripti*’. De fato, se um exemplar deriva, exclusivamente e com toda certeza, de outro ms. que ainda se conserva (e, portanto, reproduz todos os erros dele, acrescentando mais alguns erros próprios), este ‘*codex descriptus*’, isto é, copiado de outro exemplar que ainda possuímos, pode ser eliminado, no sentido de não tê-lo em conta a fim de reconstituir o texto original. Basta, neste caso, utilizar o exemplar do qual deriva.
6. ‘*constitutio textus*’ – Qual é, no concreto, a utilidade do ‘stemma codicum’ no estabelecimento do texto crítico? Antes de mais nada, o estema oferece uma representação gráfica do parentesco entre os códices; portanto, o edi-

tor não tem em suas mãos uma massa indistinta de testemunhos, entre os quais escolher com critérios mais ou menos aleatórios, mas sim uma hierarquia dos testemunhos, e ao mesmo tempo uma visão em conjunto da história da tradição manuscrita (tendo sempre em conta o número desconhecido dos códices que ficaram perdidos).

Em segundo lugar, o estema serve, concretamente, no estabelecimento do texto crítico ou 'constitutio textus', que é a fase final duma edição crítica, porque mostra com certeza quais são os testemunhos mais próximos do original, e portanto os mais fidedignos.

O estabelecimento do texto faz-se a partir da 'varia lectio', isto é, do conjunto das lições que são transmitidas pela tradição manuscrita e impressa.

Chama-se variante qualquer lição divergente em relação às outras que constituem a 'varia lectio' (lições concorrentes).

Imaginemos, p. ex., que um original perdido seja conhecido apenas por três cópias, A, B, C, as quais apresentam algumas divergências entre si. O editor tem em suas mãos uma tradição múltipla e em parte discordante. Qual é o procedimento a seguir, num caso destes?

O editor não tem a razoável certeza de estar em presença do texto original senão quando os três testemunhos concordam numa lição aparentemente boa (quer dizer, correta e coerente com respeito ao contexto). Claro que, em presença do acordo unânime dos testemunhos numa lição aparentemente boa, o editor limita-se a reproduzir essa lição no seu texto crítico, tendo a razoável certeza de ela remontar ao original perdido.

Igualmente fácil é o caso dum erro manifesto, que o editor corrige ou baseando-se nos demais testemunhos que apresentam, no mesmo lugar, uma lição não errônea ('emendatio ope codicum'), ou então, corrigindo por sua iniciativa no caso de o erro ser comum a toda a tradição ('emendatio ope ingenii').

Quando pelo menos um erro é comum a toda a tradição fala-se de erro de arquétipo. O arquétipo, que se grafa com a letra grega omega ω no 'stemma codicum', representa um manuscrito perdido, intermédio entre o original e a tradição que se conserva, do qual derivam todas as cópias que ainda temos. A sua existência se demonstra precisamente através de, pelo menos, um erro comum à inteira tradição. Mesmo no caso em que seja inatingível o original, sempre é possível reconstituir pelo menos o arquétipo pela comparação sistemática dos testemunhos que formam os ramos mais altos do 'stemma codicum'.

Fala-se de subarquétipo para qualquer 'codex interpositus', isto é, qualquer ms. perdido, que pode ser reconstruído apenas mediante a análise comparativa da 'varia lectio'. Normalmente, trata-se do 'chefe' de uma família, indicado no estema por uma letra do alfabeto grego diferente do ω (α , β , γ , etc.)

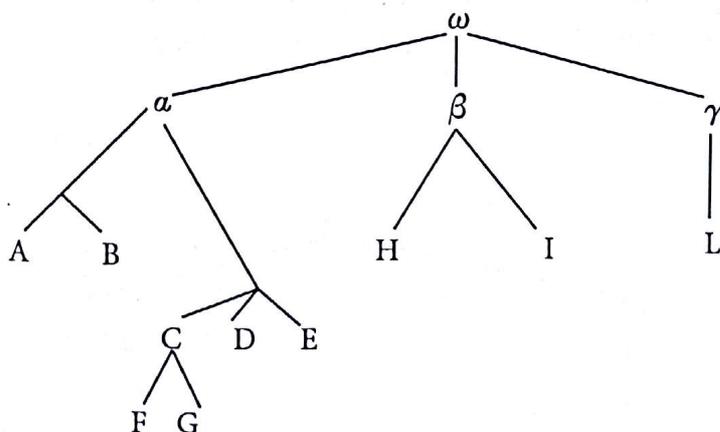
No caso em que o editor tenha dúvidas quanto à emenda para fazer (o que acontece com mais freqüência em textos vernaculares do que clássicos), ele declara a aporia marcando a passagem com uma cruz † ('crux desperationis').³⁴

Seja como for, nas situações acima encaradas, o 'stemma codicum' não fornece ajuda nenhuma ao editor. Qual é, então, a sua utilidade na fase da 'constitutio textus'?

O estema só serve, realmente, no caso em que o editor tenha que escolher entre variantes indiferentes ou adiaforas. Uma variante chama-se adiafora (ou indiferente ou neutra) quando é por si correta e aceitável, irrepreensível sob todo ponto de vista (substancial como formal). O que a torna suspeita ou, pelo menos, não imediatamente aceita, é precisamente a existência, nos demais testemunhos, de outras variantes do mesmo tipo, todas por si aceitáveis, mas divergentes. Noutros termos, se o editor tivesse apenas um manuscrito transmitindo o texto, uma qualquer dessas variantes adiaforas poderia remontar ao original. É apenas a dispersão em variantes indiferentes que sugere a existência dum problema na transmissão manuscrita: entre as várias lições, todas aparentemente boas, qual é a única original, autêntica?

O método lachmanniano apresenta a própria solução do problema: em presença de variantes adiaforas, o único modo para individuarmos a lição autêntica é o de verificar a distribuição das variantes no 'stemma codicum'.

1º exemplo – A tradição é formada por dez manuscritos, repartidos em três ramos ou famílias, uma com sete, uma com dois e a última com um testemunho apenas. O estema apresenta-se, portanto, desta forma:



³⁴ A cruz pertence aos chamados sinais diacríticos, ou seja distintivos, que os filólogos empregam, de forma convencional, para marcar certas intervenções na edição crítica. P. ex., no sistema aqui empregado, os parênteses angulares < > indicam a integração, enquanto os parênteses rectos [] marcam a expunção. Uma lista dos principais sinais diacríticos encabeça o glossário do presente manual.

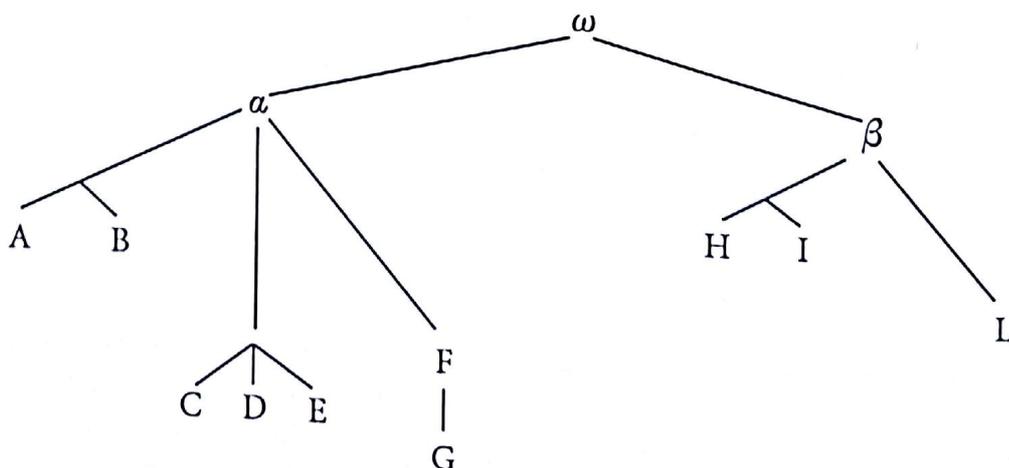
No estema acima grafado, o ω indica o arquétipo, as letras maiúsculas identificam cada uma um dos manuscritos, enquanto alfa, beta e gama (letras do alfabeto grego) são utilizadas para marcar as três famílias que constituem o conjunto da tradição.

Ora bem, imaginemos que os sete manuscritos de alfa apresentem todos a mesma lição adiáfora (lição 1), enquanto beta e gama, que são formados por três manuscritos no total, apresentam uma lição adiáfora concorrente (lição 2).

Se repararmos apenas no número total dos testemunhos, a lição 1 parece preferível porque é atestada por 7 testemunhos contra 3 (critério do predomínio numérico, ou dos 'codices plurimi').

Se, pelo contrário, temos em conta a distribuição dos testemunhos no estema, fácil é constatar que os 7 manuscritos pertencem todos à mesma família, enquanto os três que restam se colocam em duas famílias diferentes. Aplica-se, neste caso, a lei do predomínio estatístico: o editor escolhe a lição majoritária, atestada concordemente por dois ramos do estema, que se opõem ao terceiro, ficando este minoritário no cálculo das probabilidades (beta + gama contra alfa). Cada um dos ramos representa, com efeito, um terço da inteira tradição: o acordo entre os dois ramos fornece mais de 66% de probabilidades de termos a lição do original, porque, como vimos na constituição do estema, cada família é independente das outras. Portanto, logo que haja acordo entre duas famílias, que derivam independentemente do original (ou do arquétipo), temos a certeza de encontrar, pelos dois testemunhos independentes e concorrentes, a lição que remonta ao original.

2º exemplo – A tradição é formada por dez manuscritos distribuídos em duas famílias apenas, alfa e beta, conforme o estema seguinte:



A família alfa conta com 7 mss., enquanto a família beta limita-se a três. Se admitirmos que cada família atesta uma lição adiáfora divergente (alfa = lição 1, beta = lição 2), neste caso a lei do predomínio estatístico formulada por Lachmann não pode ser aplicada, pois as duas variantes concorrentes têm a mesma probabilidade estatística, representando cada uma os 50% do conjunto.

Quando o estema é constituído de dois ramos apenas, é preciso termos o acordo entre testemunhos que pertencem a ambos os ramos para obter a garantia de autenticidade. Isso se verifica, por exemplo, se a mesma lição adiáfora é comum aos mss. CDE (família alfa) e L (família beta). Pondo como pressuposto que mss. pertencentes a famílias diferentes são independentes, a presença da mesma variante em parte das duas famílias garante a sua autenticidade, enquanto os outros mss. apresentam inovações singulares.

Pelo contrário, no caso em que o desacordo das variantes opõe as duas famílias entre si, a escolha do editor deve basear-se nos antigos critérios não objetivos, e anteriormente rejeitados: o *'iudicium'*, a *'conjectura ope ingenii'* ou o *'usus scribendi'*.

Mesmo tendo apenas três códices que restam duma tradição preexistente, são virtualmente infinitas as combinações genealógicas dos três com respeito ao número imprevisível de códices que originariamente existiram. O fato de que um ms. seja copiado uma vez só, ou duas vezes, ou então dez, só depende dum conjunto de situações históricas, culturais e econômicas: o número de pessoas com vontade de ler esse texto, o número dos copistas disponíveis a fazer cópia, o preço do material escriptório, o tempo em que o exemplar fica ao dispor do(s) copista(s), etc. Da mesma maneira, o número dos códices que sobrevivem até hoje depende de muitos fatores, entre os quais acidentes mecânicos (o uso, a umidade, os carunchos ou os cupins) ou então acontecimentos que provocam o destroço material do códice (guerras, incêndios, censura, mudanças no gosto do público). Por isso pode-se afirmar que a grande difusão dum texto e a existência dum estema com muitas famílias não são eventos necessariamente entreligados.

7. o aparato crítico – uma vez estabelecido o texto, ao editor incumbe aprontar o aparato crítico. Esse aparato (normalmente de rodapé) permite o confronto imediato entre a escolha feita pelo editor e as lições por ele rejeitadas, que estão precisamente aí recolhidas e cuidadosamente registradas. O aparato crítico pode ser positivo ou negativo: é positivo, quando registra a lição escolhida pelo editor e, logo depois, separada por um parêntese, toda a *'varia lectio'* (indicando cada vez a sigla dos testemunhos). É negativo, quando indica apenas as lições substantivas rejeitadas, sem registrar a tota-

lidade da tradição; impõe-se, neste caso, um trabalho às vezes fatigante e, de toda maneira incompleto, para o leitor reconstruir a 'varia lectio'.

Há, enfim, aparatos divididos em várias faixas, cada uma reservada a um tipo de variante: p. ex., primeiro vêm as variantes substantivas; depois, as variantes formais, talvez distinguidas em fonéticas e gráficas; enfim, as variantes de edição (tradição impressa).

A edição pode ser acompanhada por um comentário quer interpretativo, quer justificativo das escolhas efetuadas pelo editor na 'constitutio textus'. Entre os outros elementos úteis para o trabalho sobre o texto editado, figuram a descrição lingüística, a análise métrica e estilística, e, sobretudo, o glossário. Entende-se, com este termo, um registro mais ou menos completo do léxico do autor, que vai duma lista das palavras mais difíceis e raras até às concordâncias integrais do texto. Nas concordâncias, cada uma das palavras do texto aparece, por ordem alfabética, com indicação do(s) lugar(es) em que ocorre no conjunto da obra editada.

Um caso modelar de estema, em que os três testemunhos se dispõem em dois ramos distintos, tendo em comum erros de arquétipo, conforme a rigorosa aplicação do método lachmanniano, encontra-se na edição crítica das cantigas de Martin Codax que mais adiante apresentamos.

Depois de Lachmann

Na filologia clássica e latina medieval, o método lachmanniano continua a ser aplicado sem modificações essenciais. Contudo, alguns corretivos foram introduzidos, a fim de atenuar o rígido esquematismo que ressalta muito bem do manual alemão de Paul Maas. Cabe ao filólogo clássico italiano Giorgio Pasquali o mérito da mais importante destas intervenções, com o intento declarado de suavizar o método lachmanniano.

No volume consagrado à história da tradição e à crítica do texto, a que várias vezes aludimos,³⁵ Pasquali elabora as suas reflexões sobre o método lachmanniano, em margem à publicação do manual de Paul Maas: o que começara como recensão daquele livrinho, torna-se um volume monumental de erudição e de reflexão metodológica. Entre as principais aquisições do trabalho de Giorgio Pasquali podem-se lembrar as seguintes:

³⁵ A segunda edição é de 1952; uma reedição mais recente, pela editora Mondadori de Milano, é datada de 1975.

1. distinção entre ‘Textkritik’ (‘crítica do texto’) e ‘Textgeschichte’ (‘história da tradição’), consideradas ambas disciplinas tanto fundamentais quanto complementares, porque têm intentos e objetivos diferentes. É preciso, de fato, estudar as vicissitudes do texto ao longo dos séculos, e examinar as modalidades da sua transmissão, porque o texto vive e opera no meio cultural no qual é lido, copiado, difundido; e cada manuscrito é um testemunho precioso da história da tradição. Mas é só a crítica textual que visa à reconstituição do original perdido, quer dizer, do que estava à origem da tradição manuscrita.
2. critério geográfico – o acordo de alguns mss. de uma família com outros mss. pertencentes a outra família, aumenta o seu valor no caso em que os dois grupos de mss. procedam de regiões geograficamente afastadas. Como já acentuara Karl Lachmann, a distância constitui, com efeito, uma garantia contra a possibilidade de transmissão horizontal ou contaminação. Com respeito à primeira formulação feita por Lachmann, Pasquali ressalta a analogia entre este critério geográfico e o conceito de áreas laterais, elaborado pelos neolingüistas (nomeadamente, Matteo Bartoli).

A lição autêntica muitas vezes conserva-se nos mss. que procedem das áreas marginais, afastadas do centro de irradiação ou difusão do texto. Este critério, tanto na ecdótica como na lingüística, pode ser interpretado de duas maneiras diferentes, uma mais mecânica, outra mais cultural.

Na reflexão de Lachmann, trata-se apenas de um cálculo das probabilidades: se dois testemunhos, copiados em regiões muito distantes (e, por isso mesmo, com escassa probabilidade de contato ou de comunicação entre os copistas), estão de acordo um com outro de maneira substancial, é preciso então concluirmos que estes mss. conservam a lição autêntica.

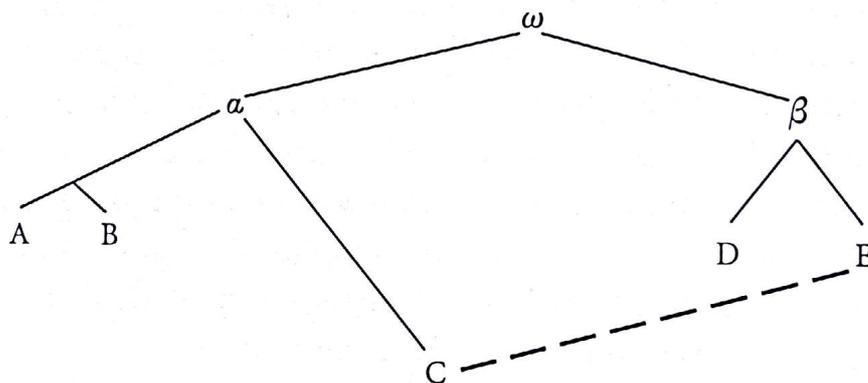
A segunda formulação (a de Pasquali e dos neolingüistas) dá mais relevo ao aspecto sociocultural: as regiões marginais, distantes do centro, são por sua natureza mais conservadoras, talvez mais atrasadas. As inovações destinadas a impor-se vitoriosamente saem do centro de difusão, sem chegar até às zonas mais remotas. O fato de as áreas laterais conservarem um fenômeno lingüístico mais arcaico, assim como o texto mais autêntico, não é apenas uma consequência da sua distância geográfica (que impede ou dificulta a comunicação), mas, antes, é o resultado do menor dinamismo e prestígio cultural que eles têm com relação ao centro.³⁶

3. transmissão vertical e transmissão horizontal – como corolário da reflexão precedente, Pasquali introduz, ao lado da transmissão vertical (filiação ge-

³⁶ Cf. a teoria das ondas na inovação lingüística elaborada por Schmidt 1872.

nealógica dos mss.), o conceito de transmissão horizontal. Existem, na verdade, nomeadamente na tradição vernacular, muitos exemplos de contaminação: um copista, pertencente à família alfa, tem ao seu dispor não apenas o seu próprio antígrafo (isto é, o seu antecedente direto na família alfa), mas pode ter acesso a um ms. que faz parte de outra família, p. ex. beta. Neste caso, o amanuense atinge duas fontes diferentes, tendo em qualquer momento a possibilidade de misturar lições de um ou de outro ms. Esta dependência de dois (ou até mais) exemplares, que pertencem a famílias diferentes, chama-se contaminação e indica-se no estema por uma linha tracejada.

P. ex., no estema seguinte a linha tracejada significa que o ms. C, mesmo pertencendo à família alfa, apresenta algumas lições comuns ao ms. E, isto é, à família beta:



4. recensão fechada e recensão aberta – fala-se de ‘recensão fechada’ (Pasquali 1952: 126) nos casos de aplicação ‘mecânica’ do método lachmanniano, isto é, cada vez que é possível estabelecer de forma mecânica a lição do arquétipo. A recensão será, pelo contrário, ‘aberta’ cada vez que o critério externo, genealógico, não é aplicável numa determinada tradição, deixando assim espaço aos critérios internos da ‘lectio difficilior’, do ‘iudicium’ e do ‘usus scribendi’ («scegliendo sul fondamento di criteri prevalentemente interni tra due (o più) lezioni nessuna delle quali è dimostrata secondaria dal criterio esterno (genealogico)»: *ibid.*). Esta formulação originária de Pasquali, algo aproximativa, deu lugar a vários equívocos e desvios, devido nomeadamente à confusão terminológica entre ‘recensão’ e ‘tradição’ (Alberti 1979:1-18, Montanari 2003:437-444).

Seja como for, na filologia dos textos vernaculares, foi afirmando-se a distinção seguinte: fala-se de ‘recensão fechada’, sempre que seja possível reconstituir a lição do original, ou do arquétipo, com base na lei da maioria estatística (aplicação mecânica do método lachmanniano), sendo a tradição isenta de

contaminação. Fala-se, pelo contrário, de ‘recensão aberta’, quando não é aplicável a lei majoritária em presença de lições adiaforas, ou de contaminação (Avalle 1972: 23-24).

5. ‘codices potiores’ e ‘codices deteriores’ – Pasquali aperfeiçoa e elabora, numa fórmula que se tornou célebre (‘recentior non deterior’ ‘o que é mais recente, não é necessariamente pior’), uma reflexão feita por Johann Salomo Semler, em 1765. O filólogo clássico alemão observou, primeiro, que sempre é preciso não confundirmos a antigüidade do códice com a antigüidade do seu conteúdo. Em outros termos, como demonstra Pasquali com vários exemplos, um ms. recente pode conservar uma redação antiga do texto (isto é, anterior, e até de muito, à época do ms.), desde que o amanuense tivesse ao seu dispor, como exemplar de cópia, um ms. antigo, não contemporâneo dele. Portanto, a data do ms. e o fato dele ser mais recente não são necessariamente sinônimos de menor garantia. Há casos em que, com certeza, o exemplar de cópia era mais antigo, dois ou três séculos, em relação ao apógrafo que dele se conserva.

Mais uma vez, a lírica galego-portuguesa nos oferece um caso modelar. A tradição manuscrita que a ela se refere, de fato, não excede os três testemunhos, tendo em conta os grandes cancioneiros.³⁷ O mais antigo, dos fins do séc.XIII, princípios do séc.XIV, é o chamado *Cancioneiro da Ajuda*, códice manifestamente incompleto, e desprovido de atribuições, que corresponde a uma primitiva recolha limitada às *cantigas de amor*, com apenas trezentas e dez composições.

Os únicos testemunhos da fase mais completa da lírica galego-portuguesa são, de fato, dois cancioneiros quinhentistas copiados na Itália, por volta dos anos 1525-1526 : o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* (de Lisboa, cota Cód. 10991), mais conhecido por *Cancioneiro Colocci-Brancuti* (sigla : B, CB ou CBN), e o *Cancioneiro da Biblioteca Vaticana* (cota Vat. Lat. 4803 ; sigla : V, CV). Saíram do mesmo ‘scriptorium’, na Cúria papal, logo antes do sacco de Roma (1527), e foram mandados copiar por ordem do humanista italiano Angelo Colocci, que supervisionou a cópia e acrescentou em B preciosas notas. É certo que os dois cancioneiros italianos têm o mesmo antecedente, ou exemplar, e são, por conseguinte, de derivação comum. Ora bem, apesar deles serem ‘recentiores’ (mais recentes), o seu testemunho é fidedigno (‘non deteriores’) porque a coletânea de que derivam os códices quinhentis-

³⁷ Existem mais alguns fragmentos ou cópias parciais, cinco no total, cujo número reduzido vem a ser compensado pela proliferação das siglas utilizadas na sua identificação: V^a ou L, da Biblioteca Vaticana, que contém os cinco *Lais de Bretanha* (também em B) ; M (Madrid) e P (Porto), que transmitem a tenção entre D.Afonso Sanches e Vasco Martins de Resende (já nos apógrafos italianos B,V); o Pergaminho Vindel (PV, R ou N), que contém as cantigas de Martin Codax (também nos apógrafos italianos B,V), com notação musical; o Pergaminho Sharrer (T ou L), em que se encontram fragmentos de sete cantigas de D.Denis, com notação musical (também nos apógrafos italianos B,V).

tas corresponde à segunda e última recolha da produção trovadoresca peninsular (muito provavelmente o *Livro das cantigas* do Conde D. Pedro, datável de 1340-50). Os cancioneiros italianos, mesmo sendo do séc. XVI, são cópia direta dum manuscrito (hoje perdido) que remonta à primeira metade do séc. XIV.³⁸ Não se pode, portanto, invocar a maior antigüidade doutros testemunhos para marginalizar ou diminuir o valor testemunhal de B, V (o que acontece, regularmente, no caso, p. ex., de Martin Codax, como mais adiante veremos).

Apesar da busca de critérios complementares e duma aproximação mais refinada à crítica textual de cunho lachmanniano, a intervenção de Pasquali provocou, como sempre acontece, algumas aberrações. Editores pouco escrupulosos, alegando o pretexto das críticas de Pasquali, recusaram qualquer esforço para estabelecer uma classificação genealógica dos mss., pondo no mesmo plano 'recentiores' e 'vetustiores' (mss. mais recentes e mais antigos). E, para explicar a 'varia lectio' sem entregar-se ao estudo das relações entre os códices, o editor preguiçoso recorria abusivamente à hipótese de variante autoral, mesmo em face de banalizações evidentes, ou até de corruptelas gráficas.

O método lachmanniano na filologia românica

Como a lingüística histórico-comparatista teve a sua origem no âmbito indo-europeu, e só depois foi aplicada às línguas românicas, assim, da mesma forma, a filologia moderna nasceu no âmbito clássico, germânico e neotestamentário, para ser, depois, aplicada à filologia românica, nomeadamente à literatura francesa medieval.

Dentro de um grande esforço editorial, que visava a subtrair os monumentos franceses da Idade Média ao domínio filológico alemão, Gaston Paris produziu em 1872 a primeira edição lachmanniana de um texto românico: o poema hagiográfico da *Vie de Saint Alexis*, obra anônima do séc. XI em dialeto anglo-normando.

Na introdução, Paris evidencia a necessidade de aplicar os princípios da crítica textual à literatura francesa antiga. Condena, em primeiro lugar, a prática difusa de editar, dentro dos vários manuscritos, o que parece melhor, limitando só aos casos de lacunas ou erros evidentes o recurso aos demais testemu-

³⁸ Os dois mss. «trazem sinais evidentes da pressa com que foi realizada a cópia, por causa da disponibilidade apenas provisória do cancionero modelo». As pesquisas mais recentes identificam o provável portador do códice modelo – ou antecedente, ou exemplar – no Camareiro de Clemente VII, monsenhor António Ribeiro (Gonçalves 1993, Resende de Oliveira 1994).

nhos. Os poucos editores que, não satisfeitos de um qualquer manuscrito (por ser desprovido de garantias suficientes), reconstituíram o texto com base em vários testemunhos, deixaram-se guiar pelo próprio gosto e engenho, mais do que por uma norma científica rigorosa. E, além disso, não justificaram as suas escolhas, nem as lições rejeitadas, julgando supérfluo até comunicar as variantes da tradição.

Perante uma situação deste tipo, Paris solicita o respeito das exigências da crítica textual que, pelas obras tanto clássicas como medievais, pode resumir-se numa simples fórmula: a crítica textual tem por objetivo, por quanto seja possível, a busca da forma que a obra a editar tinha quando saiu das mãos do seu autor. Claro que nunca se atinge este objetivo, mas é possível aproximar-se, mais ou menos, do original, dependendo das condições mais ou menos favoráveis em que o editor se encontra a operar.

Se o método a utilizar é o mesmo (lachmanniano), a realidade que o editor enfrenta varia muito quer no texto clássico, quer no medieval.

Na transmissão dum texto latino, p. ex. de Virgílio, temos com certeza manuscritos muito mais distantes da época do autor, mas, em compensação, também mais fiéis e garantidos com respeito à lição do original. Os copistas de textos clássicos podiam cometer erros de cópia, mas raramente ingeriam-se no conteúdo do que copiavam. A sacralidade da língua, a existência – há séculos – dum gramática e dum conjunto de normas relativas à ‘scripta’, o sentimento de um património por conservar e transmitir para o futuro, tudo isso contribuía para que os copistas de textos clássicos se mantivessem fiéis à sua tarefa de copiar com diligência e cuidado.

A situação muda radicalmente no que diz respeito aos textos em língua românica (vernáculo), sobretudo quando obtiveram êxito particular. Cada geração de copistas introduziu mudanças para adaptá-los ao seu gosto: não apenas modernizaram a língua (que, à diferença do latim, ainda estava em formação), mas não hesitaram em substituir palavras ou expressões envelhecidas por outras mais atuais, e, talvez, a atualizar até o pensamento do autor conforme os novos conceitos em vigor. O copista de textos em língua vernáculo toma muitas liberdades com respeito ao seu antígrafo, porque o seu fim é de aprontar uma obra que encontre o interesse e a aprovação do público, compreensível e moderna, não necessariamente fiel ao texto transmitido.

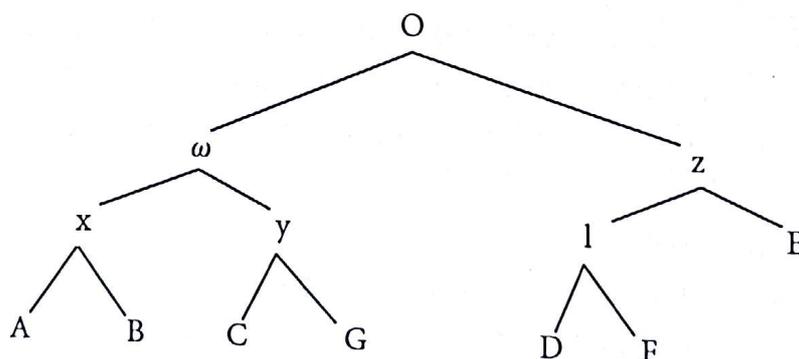
Pode-se portanto concluir que, nas obras medievais, as cópias são geralmente alteradas e modernizadas, de forma mais ou menos consciente. Só o cotejo sistemático da tradição na íntegra, e os critérios de parentesco entre códices, permitem orientar a escolha do editor de maneira não subjetiva e aleatória.

A introdução de Gaston Paris encerra-se por um breve resumo dos critérios fundamentais do método lachmanniano, que ele vai aplicar na edição da *Vie de Saint Alexis*. Por ser esta a primeira edição crítica lachmanniana na história dos textos românicos, e pelas dificuldades intrínsecas que o poema hagiográfico apresenta, desde a sua aparição o *Saint Alexis* representou uma referência básica para todos os romanistas, bem como um lugar de reflexão e discussão teórica do ponto de vista da metodologia ecdótica.

Na esteira de Gaston Paris, várias dezenas de edições críticas de textos românicos (de área francesa), organizadas conforme os critérios lachmannianos, foram publicadas no final do séc. XIX e começo do XX. Até quando um aluno do próprio Gaston Paris abriu o debate sobre os princípios básicos do método elaborado pelo filólogo alemão.

A confutação de Bédier

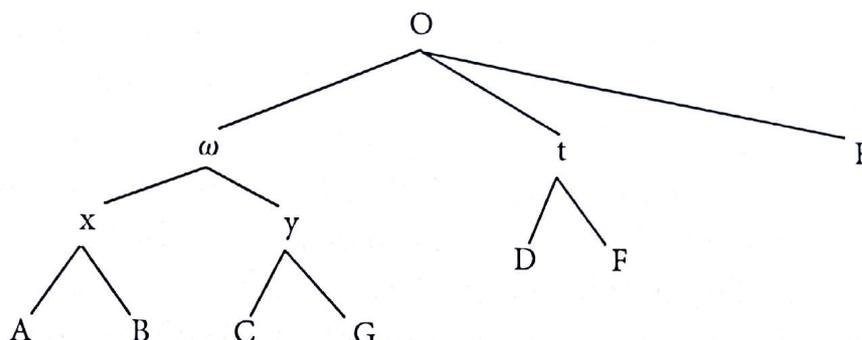
Joseph Bédier formou-se sob o magistério de Gaston Paris e, durante cerca de vinte anos, seguiu a orientação do seu mestre, aplicando rigorosamente o método lachmanniano nos seus trabalhos ecdóticos. Publicou, assim, em 1889 uma primeira edição do *Lai de l'ombre*, breve poema narrativo de Jean Renart (começo do séc. XIII). Conforme o método lachmanniano, Bédier distribuiu os 7 manuscritos do *Lai de l'ombre* num 'stemma codicum' com dois ramos, procedendo em seguida à 'constitutio textus':



Numa resenha crítica desta edição, publicada na revista *Romania* em 1890, Gaston Paris contestou o estema proposto por Bédier (e, por conseguinte, a 'constitutio textus' da edição dele), julgando errada a classificação dos manuscritos, nomeadamente os três da família z = DFE.

Das cinco passagens, que Bédier reconheceu como erros comuns da família z, nenhuma é aceita por Paris, que considera as lições não significativas aos

fins estemáticos. Portanto, ficando não demonstrada a efetiva existência duma família z, o estema de Bédier resulta invalidado. Paris propõe, por sua vez, outro ‘stemma codicum’, com três ramos, da forma seguinte:



Desta maneira, comenta o filólogo francês, graças ao acordo de duas famílias contra a terceira, o texto pode ser reconstituído com toda certeza.

Bédier não respondeu imediatamente ao seu antigo mestre; passaram, então, mais de vinte anos em que continuaram a sair edições lachmannianas de textos românicos. Até quando, por volta de 1912 ou 1913, Bédier recolheu uma série de observações.

Primeiro, ele foi verificar na prática os resultados de tantas edições conduzidas segundo o método de Lachmann. No campo teórico, abundam os exemplos de tradições com várias famílias (por conseguinte, abundam as árvores com vários ramos). Mas, na prática, controlando 110 edições de textos franceses, Bédier encontrou bem 105 estemas com duas famílias apenas, ou seja, uma maioria esmagadora de árvores com dois ramos.

Com o brilho e a elegância incomparável da sua prosa, Bédier chega a formular uma lei geral: «Na flora filológica, existem árvores de um tipo só: o caule divide-se sempre em dois ramos principais, e em dois apenas. Eis aqui uma coisa maravilhosa. Uma árvore bífida nada estranha, mas um bosque, um bosque, uma floresta inteira de árvores bífidas? *Silva portentosa*».

Em segundo lugar, Bédier pergunta a si mesmo qual pode ser o grau de verossimilhança do processo que cada árvore bífida pressupõe: isto é, como é possível que, na realidade, do original sejam copiados – no começo de toda tradição manuscrita – sempre e somente dois exemplares, de cada um dos quais, por sua vez, derivam os 50% da inteira tradição?

Um episódio de bipartição, logo no começo da difusão dum texto, pode ser aceito sem problemas; mas uma verdadeira lei de bipartição, que parece regular a transmissão textual como se fosse uma lei da natureza, é igualmente aceitável?

Respondendo pela negativa, Bédier vai em busca das razões dum fenómeno deste tipo, aparentemente inexplicável. O exame cuidadoso das introduções, em que os diferentes editores justificam o estema por eles proposto, demonstra que, na origem, as árvores bífidas eram, muitas vezes, bem frondosas, e só no fim do trabalho crítico ficam reduzidas a dois ramos apenas. Como se uma força irresistível, a que Bédier chama de 'força dicotômica', constrangesse o editor a manipular a classificação dos manuscritos, de forma que obtivesse – de qualquer maneira – uma árvore bífida. O que, evidentemente, restitui ao editor a plena liberdade de escolher a lição de modo subjetivo, sem se conformar com a norma férrea da lei majoritária.

Esta presumida manipulação não é, no intento de Bédier, um ato consciente, mas sim «uma força obscura, relegada no fundo do subconsciente», que exerce silenciosamente a sua influência. Como quer que seja, é um fato incontestável que os editores se recusam a estabelecer um texto com base num estema que conte mais de dois ramos.

Daí a dúvida, legítima e invencível, que corrói a confiança depositada nas edições críticas em que aparece uma árvore bífida: isto é, na maioria das edições preparadas segundo o método lachmanniano.

A partir destas reflexões, Bédier chega a concluir que o 'stemma codicum' (qualquer 'stemma codicum') fica apenas «uma hipótese plausível, talvez correspondente à verdade, mas não demonstrada». Quanto ao *Lai de l'ombre*, tanto o seu próprio estema de 1889, como o proposto por Gaston Paris em 1890, são teoricamente aceitáveis, mas um dos dois há de ser necessariamente falso; e talvez ambos o sejam, mesmo se ambos sejam aceitáveis e providos de verossimilhança.

Com base nesta conclusão, que põe sérias dúvidas ao próprio método lachmanniano, Bédier produz uma segunda edição crítica do *Lai de l'ombre* (1913), escolhendo a lição do manuscrito A por ser, este, um «bon manuscrit», que ele publica quase sem intervenção, acompanhando-o de notas que indicam um regresso à técnica dos filólogos humanistas.

Passam-se mais quinze anos, nos quais a segunda edição do *Lai* provoca respostas contrastantes da parte dos filólogos, e, finalmente, em 1928, Joseph Bédier volta a tratar o assunto num célebre artigo, *La tradition manuscrite du Lai de l'ombre*, publicado na revista *Romania* (LIV, pp.161-198 e 321-356).

Mais uma vez, ele leva em conta todos os dados do problema para chegar, no que concerne ao *Lai*, às mesmas conclusões. Mas a sua reflexão teórica progride, até formular uma condenação definitiva do método lachmanniano.

Bédier começa por anular o próprio conceito de erro, em que Lachmann baseia a construção do 'stemma codicum'. Se toda divergência é, por si, uma

mudança com respeito ao exemplar copiado, nem sempre é fácil para o filólogo distinguir quando essa mudança constitui um erro, e, no caso das variantes adiaforas, de qual parte está a falta.

Noutros termos, a avaliação duma variante enquanto variante errônea e, no caso, erro significativo aos fins estemáticos, cabe de qualquer maneira ao editor. Assim, editores diferentes, ou então, o mesmo editor em épocas diferentes, pode avaliar de modo que não apenas um estema seja possível e logicamente aceitável, mas até várias combinações dos manuscritos em famílias e subfamílias.

Portanto, a presumida mecanicidade do método lachmanniano, que deveria ser garantia de objetividade, acaba por regressar (levando também em conta a abundância teratológica de árvores bífidas) ao 'iudicium' dos humanistas.

Bédier não nega a utilidade de uma classificação dos manuscritos, mas apenas se essa serve para editar – assim como está – um dos manuscritos que se conservam (o chamado «bon manuscrit»). A 'constitutio textus' de tipo lachmanniano conduz, pelo contrário, à edição dum texto compósito (ou misturado) que, na realidade, nunca existiu.

Posto que, segundo Bédier, o original não é atingível, porque apenas os ramos baixos do estema são bastante garantidos, o método de edição aconselhável é, talvez, em última análise, o que responde aos critérios de prudência, desconfiança e máximo conservantismo: uma vez escolhido um bom manuscrito, é preciso – diz Bédier – reproduzi-lo fielmente, sem nenhuma intervenção (a não serem casos de evidente necessidade, como erros que desfiguram o texto). Ainda mais: qualquer emenda conjectural deveria ser relegada ao apêndice.

Ao complexo método lachmanniano, Bédier substitui, portanto, a escolha dum só manuscrito, nele introduzindo apenas as emendas mínimas e indispensáveis. Do ponto de vista prático, privilegia-se, afinal, algo que tem realmente existido, apesar dele não corresponder ao original, contra a reconstituição hipotética e, por isso mesmo, subjetiva, dum qualquer editor moderno.

A solução de Bédier, eminentemente antilachmanniana, desencadeou uma avalanche de edições baseadas num manuscrito apenas, mais pela facilidade duma tarefa bem simplificada do que pela adesão teórica às suas objeções. Na França sobretudo, talvez pela influência concomitante do nacionalismo antialemão, o método bédieriano tornou-se o único de fato aplicado nas edições críticas de textos vernáculos, e isso bem além da segunda guerra mundial.

Pode-se até afirmar que Bédier, involuntariamente, abriu caminho para certas teorias aberrantes que se tornaram moda por volta dos anos 80 do século passado. Da 'mouvance' de Zumthor à antifilologia de Cerquiglini, a que já

antes aludimos, tudo se justifica pela afirmação bédieriana – transformada em dogma – de ser o original, de qualquer maneira, inatingível.

Os anos trinta do século passado foram entre os mais produtivos sob o ponto de vista das teorias concernentes à crítica textual. Ao lado de Bédier, e em parte na sua esteira, outros filólogos encararam a questão textual propondo alternativas ou corretivos ao método lachmanniano, cuja inadequação com respeito à edição dos textos vernáculos era agora geralmente aceita.

Entre as demais, ressalta a tentativa do beneditino dom Henri Quentin, especialista do antigo Testamento (filologia veterotestamentária), que em 1926 publicou, em Paris, o volume intitulado *Essais de critique textuelle (Ecdotique)*. Nos mesmos anos em que Bédier elaborava a sua recusa do lachmannismo, dom Quentin propunha um método de reconstituição do arquétipo, com base em cálculos estatísticos aplicados à distribuição das variantes. De fato, ele renuncia a distinguir as variantes errôneas das adiáforas, porque julga que, pelo menos no começo, não cabe ao editor senão acertar a existência de variantes, sem exprimir juízos ou avaliações. Deste modo, o método do beneditino elimina a escolha (sempre discutível) entre a boa lição por um lado, e, por outro, a inovação indiferente ou errônea. Mas, ao passo que exclui a interferência do juízo subjetivo, em busca dum rigor aparente, ele privilegia a quantidade dos elementos com respeito à sua diferente qualidade.

Noutros termos, dois testemunhos que pertencem a famílias diferentes podem apresentar dezenas de lições comuns, com certeza autênticas, mais alguns erros poligenéticos que se produziram independentemente: ora, nestas condições, pressupor uma filiação entre os dois códices com critério meramente numérico (baseando-se na quantidade de lições comuns, sem averiguar a qualidade delas) constitui, nada mais nada menos, um regresso ao princípio dos ‘codices plurimi’, bem como o bédierismo representa um regresso ao princípio do ‘codex optimus’.

Esta objeção básica condiz com outras tentativas mais recentes, feitas com a ajuda do computador e com sistemas de cálculo matemático bastante sofisticados, em busca dum método automático para a escolha das variantes, e, em geral, para a edição informática dos textos.³⁹

Os limites intrínsecos ao método de Bédier, que reflete uma atitude renunciatária perante o desafio do texto, suscitaram várias intervenções com intento corretivo dentro dos seus próprios partidários. O respeito totalmente passivo

³⁹ Vejam-se Dearing 1959 e 1974, e Froger 1968. Um quadro panorâmico deste tipo de análise encontra-se em Duplacy 1975. Um útil resumo da correspondente metodologia é proporcionado por Dees 1988.

da redação transmitida por um único manuscrito (ignorando programaticamente os demais testemunhos) não podia senão acreditar como autênticas lições que não remontavam ao original, mas sim às inovações introduzidas por um copista.

Consciente deste perigo, um sequaz de Bédier, Alexandre Micha, no seu estudo sobre a tradição manuscrita dos romances de Chrétien de Troyes, apresentou a proposição de escolher o melhor manuscrito como texto-base, atingindo, porém, o resto da tradição em função seja de controle, seja de aperfeiçoamento (Micha 1939). Fica bem evidente que o resultado deste procedimento acaba por propôr aquele tipo de edição, ao mesmo tempo compósita e, em parte, apócrifa, que Bédier censurava no método lachmanniano clássico.

No lapso do mesmo ano, Eugène Vinaver percorria outro caminho para prover o bédierismo de maiores garantias (Vinaver 1939). Com vista a formular critérios certos para as emendas a introduzir no 'bon manuscrit', Vinaver busca uma linha intermédia entre os excessos do conservantismo e os riscos do subjetivismo. A sua receita é muito simples: pode-se considerar errônea e, portanto, sujeitar à emenda uma lição, quando seja possível detectar a etiologia do erro. Esta observação, por si não conclusiva no que diz respeito à metodologia de edição, contém contudo um aspecto da maior importância: pela primeira vez, chama-se a atenção sobre a gênese do erro, quer dizer, sobre os fatores que podem verossimilmente ter influenciado os copistas, favorecendo um certo tipo de inovação (no caso, errônea).

Como quer que seja, o debate vivaz em torno da crítica textual entre as duas guerras (anos 1930 a 1940), demonstra a crise tanto do método lachmanniano tradicional (no que diz respeito à sua aplicação aos textos em línguas românicas) como do bédierismo, que continua a impor, com o 'melhor' manuscrito, as lições talvez piores. Ou, para citarmos as palavras icásticas de um crítico de Bédier: «après comme avant 1939, le 'meilleur manuscrit' a continué d'imposer ses leçons les moins heureuses» (Delbouille 1976 :64).

A "Nova Filologia"

Em Itália, na década 1930-1940, a intervenção de Giorgio Pasquali, como já vimos, abriu novas perspectivas para uma aplicação menos rígida do método lachmanniano no que concerne à edição dos textos clássicos. Entre os conceitos que se deviam revelar mais produtivos, figura a distinção entre as variantes dos copistas, e as que, verossimilmente, remontam ao próprio autor. É preciso, portanto, levar em conta o fato de que o original não apresenta apenas uma

evolução posterior à sua publicação, mas também uma pré-história que revela a própria gênese da obra.

Noutros termos, ao lado das variantes evolutivas (ou de tradição), podem existir variantes genéticas (ou de autor). Se isso raramente acontece no que diz respeito às obras clássicas (por serem elas conservadas, como já foi dito, em códices mais recentes em relação à época da sua composição), muito frequente é o caso para as obras modernas, ou também medievais, em línguas românicas. A existência dum espólio relativo a tal autor, ou então a sobrevivência, na tradição manuscrita, de redações múltiplas de autoria incontroversa, permite estudar a gênese duma obra nas várias fases da elaboração, fornecendo material precioso para a sua análise e correta interpretação. Olhar para dentro do laboratório secreto dum autor é o objetivo da chamada 'crítica das variantes' (v.infra).

Formulada sob o ponto de vista teórico por Gianfranco Contini, a nova atitude filológica encontrou, antes, uma aplicação concreta nos estudos tanto de Santorre Debenedetti sobre o poema épico *Orlando Furioso*, como de Michele Barbi sobre o romance *I Promessi Sposi*, sobre a *Vita Nova* de Dante e vários outros assuntos que foram depois reunidos em volume (Barbi 1938).

Na introdução do citado volume, Barbi começa pela afirmação seguinte: «Todos entendem como o puro e simples método lachmanniano seja insuficiente e, em alguns casos, inaplicável»; mas, acrescenta, condená-lo sem possibilidade de recurso, porque, em alguns casos, não proporciona uma solução suficiente, ou então, não proporciona solução nenhuma, significa privar-se dum instrumento que, em outros casos, responde perfeitamente às nossas necessidades e constitui o único método aplicável, capaz de nos fornecer uma ajuda certa, da qual seria prejudicial prescindirmos.

Barbi exorta, portanto, os filólogos italianos a manter as distâncias quer respeito à maneira simplista com que se aplica muitas vezes o lachmannismo, quer respeito ao cepticismo radical do método bédieriano, que nos faria regressar à mera reprodução de um texto só, aparentemente o melhor, corrigido apenas dos erros manifestos.

Assim, a 'nova filologia' da escola italiana, por volta dos anos 30 do século passado, abria caminho para uma revisão crítica, mas ao mesmo tempo conservadora, do método lachmanniano tradicional, com vista à publicação de autores vernáculos não apenas medievais, mas também modernos.